

ESTUDO SOCIOLINGUÍSTICO EM SITUAÇÃO DE CONTATO EM CONTEXTO ESCOLAR: OS ALUNOS INDÍGENAS TICUNA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS-UEA

Ana Letícia Ferreira de Carvalho

Orientador: Prof. Dr. Xoán Carlos Lagares Diez

Mestranda

INTRODUÇÃO

A Universidade do Estado do Amazonas (UEA), prima pela sociabilização do conhecimento sem distinção de sexo, raça, cor ou credo. Dessa forma, prioriza a execução de projetos que contribuam para a inclusão social [...]. Visando oferecer igualdade de condições àqueles que desejam ingressar na Instituição, a UEA dispõe de ações afirmativas desenvolvidas através da sua Política de Cotas que segue as determinações dispostas na Lei nº 2.894/2004. Sendo assim, reserva, desde 2005, vagas a candidatos pertencentes às etnias indígenas existentes no Estado do Amazonas. O percentual de vagas corresponde, no mínimo, ao percentual da população indígena na composição da população amazonense. (PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL-PDI, 2012).

No estado do Amazonas, existe espalhada, de acordo com o Programa Amazonas Indígena, elaborado pela Fundação Estadual de Política Indigenista (FEPI), da Secretaria de

Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - uma população indígena de 120 mil indivíduos de 66 etnias, que falam 29 línguas. É a maior população indígena do Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). A população da etnia ticuna tem 46.065 mil pessoas. Dos mais de 46 mil indígenas ticuna, 39.349 mil vivem em terras indígenas, localizadas na região do Alto Rio Solimões (IBGE, 2010).

A comunidade indígena de Umariacú, no Município de Tabatinga, possui uma população de 7.396 ticuna, segundo informações do Sistema de Atenção à Saúde ao Indígena (SIASI, 2015), de onde migram boa parte dos estudantes indígenas para a educação superior no Centro de Tabatinga que pela Lei de Cotas têm seus direitos assegurados quanto ao ingresso na Educação Superior. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é identificar cultural e socialmente os interlocutores/alunos indígenas que estão em contexto educacional urbano. Vamos num primeiro momento situar a região do Alto Solimões, que abrange o maior grupo indígena desse país, o Ticuna, e a partir daí chegaremos à caracterização histórica e sociocultural dessa comunidade de fala, para num segundo momento, apresentarmos algumas das principais situações linguísticas decorrentes desse grupo social, o estudante indígena ticuna.

O CONTEXTO FRONTEIRIÇO

A Região do Alto Solimões

A região do Alto Solimões, inclui 9 municípios do Estado do Amazonas: Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Jutai e Fonte Boa, com uma área de 214.217,80 Km² e uma população estimada em 211.071 habitantes. (SISTEMA DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS, 2012)

Marcada pela presença de 38 Terras Indígenas, pertencentes a vários povos, entre eles: Tikuna, Kokama, Marubo, Korubo, Matsés/Mayoruna, Kanamari, Matis, Kulina, Kambeba, Kulina (Madjá). Há também inúmeras comunidades ribeirinhas (pescadores, agricultores, seringueiros, extratores e coletores de modo geral). A região do Alto Solimões é conhecida desde o século XVI pelas viagens de militares, religiosos, cientistas e aventureiros e descrita de várias maneiras, cujas imagens criadas por essa literatura variam de acordo com os

interesses, mentalidades e espírito das épocas. No século XX, entre os mais conhecidos estão os estudos de Curt Nimuendaju, Roberto Cardoso de Oliveira e João Pacheco de Oliveira.



Figura 1 – Localização da Região do Alto Solimões

O povo Ticuna do Alto Solimões está atualmente dividido em mais de 120 comunidades, que são distribuídas desde a calha do Rio Solimões até o alto dos igarapés e estão próximos aos nove diferentes municípios que compõem o Alto Solimões, dentre eles encontra-se Tabatinga, um município brasileiro do interior do estado do Amazonas, Região Norte do país. Pertencente à Mesorregião do Sudoeste Amazonense e Microrregião do Alto Solimões. O município está localizado no oeste do estado do Amazonas, na tríplice fronteira entre o Brasil, a Colômbia e o Peru, no meio da maior floresta tropical do planeta, a selva amazônica. É uma cidade fronteira com a Colômbia e o Peru, sendo que a fronteira com o primeiro país é terrestre, onde o único marco limítrofe é uma haste com as duas bandeiras, o que faz com que a população local transite livremente entre os dois países como se as duas cidades (Tabatinga-Brasil e Letícia-Colômbia) fossem uma só. Já a fronteira com o Peru é fluvial, onde temos que atravessar o rio Solimões até a Ilha de Santa Rosa-Peru. O comércio entre as fronteiras é livre,

em Letícia-CO, podemos comprar produtos importados com custo abaixo do valor de mercado do Brasil, pois é uma zona de livre comércio. Em Tabatinga-Brasil, principalmente no entorno do Mercado Municipal, que fica nas proximidades do rio Solimões, os peruanos imperam com seus comércios, vendendo produtos de origem peruana, que chegam ao Brasil pelos atravessadores do rio. Alguns têm licença de funcionamento, mas a grande maioria não, o que gera um grande incômodo aos comerciantes locais que pagam impostos altíssimos de suas mercadorias e concorrem com os preços mais baixos dos produtos peruanos, os quais chegam ao Brasil sem passar pelas vias legais. A população em Tabatinga é mista, pois possui brasileiros, peruanos, colombianos e dentre estes, os indígenas de diversas etnias; cuja maioria é Ticuna.

E é no meio dessa diversidade sociocultural e linguística que foi implantado no Município de Tabatinga um Centro de Estudos de Superiores da Universidade do Estado do



Figura 2 - Fronteira terrestre Brasil/Colômbia (Tabatinga-BR/Letícia-CO)

O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA DIVERSIDADE DA TRÍPLICE FRONTEIRA

Contexto Institucional e Político

A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) foi instituída através do decreto nº 21.666, de 1º de fevereiro de 2001, autorizada pela Lei nº 2.637, de 12 de janeiro de 2001,

como uma instituição pública de ensino, pesquisa e extensão, com autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, com atuação inicial nas áreas Ciências Sociais, de Tecnologia, Educação, Ciências Humanas, Ciências da Saúde, Direito, Administração Pública e Artes, integrando a administração indireta do poder executivo, vinculado diretamente ao Governo do Estado Amazonas, sob supervisão da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, dispondo de uma estrutura organizacional com base na gestão em órgãos colegiados de deliberação coletiva, dirigida por um Reitor, com o auxílio de um Vice-Reitor, de Pró-Reitores, de órgãos de assistência e assessoramento e de órgão suplementares, nomeados por ato do Poder Executivo. Sua sede e foro estão localizados na cidade de Manaus, onde estão instalados os principais órgãos e serviços de administração e apoio às unidades acadêmicas e núcleos, localizados na capital e interior do Estado do Amazonas. (PDI, 2012-2016)

A Universidade do Estado do Amazonas-UEA tem como missão promover a educação, sustentada pela indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, para desenvolver o conhecimento científico, particularmente sobre a Amazônia, através de cursos de nível superior, com base em valores éticos capazes de formar, qualificar e integrar o homem à sociedade e de contribuir para o fortalecimento das políticas governamentais de desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas e da Região Amazônica. (PDI, 2012-2016)

A UEA, centrada no ensino, na pesquisa e na extensão universitária e caracterizada pelo compromisso social de instituição pública, busca constituir-se, através de seu amplo atendimento educacional na capital e no interior do Estado, como agente de transformação da sociedade amazonense.

O cenário amazônico, cuja complexidade é portentosa e desafiadora, tem na UEA um novo centro gerador de ideias e de ação para o desenvolvimento da Amazônia, sobretudo o desenvolvimento e a valorização do homem amazônico. Os cursos da UEA foram idealizados com o compromisso de atender a complexa realidade do Amazonas, direcionando suas atenções para as necessidades do homem da região. Os Centros de Estudos Superiores são Unidades Acadêmicas localizados no interior do Amazonas. (PDI, 2012-2016)

A Universidade do Estado do Amazonas foi um passo extremamente importante para o Amazonas, pois como universidade estadual tem como objetivo principal atingir aquela população que, em geral, não é objeto de maior preocupação das universidades federais e

particulares, que se concentram nas capitais. Ela nasceu como uma maneira de permitir, também, ao estudante do interior, a possibilidade de acesso ao conhecimento superior, bem como, oportunizar este mesmo acesso às etnias indígenas presentes na região. Com esse objetivo, na aldeia de Filadélfia, no município de Benjamin Constant, foram atendidos 280 professores das etnias Ticuna, Cambeba e Cocama – todos do Alto Solimões - que foram beneficiados com curso de Licenciatura especialmente formatado para atender essa clientela, em parceria com a Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngues (OGPTB) e com o Ministério da Educação (MEC), por meio do Programa de Formação Superior em Licenciaturas Indígenas-Prolind. (PDI, 2012-2016)

É nesse contexto multilíngue que o Centro de Estudos Superiores de Tabatinga, da Universidade do Estado do Amazonas está inserido e tem como desafio proporcionar a seus alunos uma instrução de caráter amplamente humanista e formar egressos capazes de lidar, de forma perspicaz e crítica, com os fenômenos da linguagem em sentido *lato*, bem como com suas inserções e desdobramentos culturais, nessa região de diversificada cultura que é a tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru.

Por fim, vale ressaltar o compromisso da Universidade do Estado do Amazonas em promover o desenvolvimento e a qualidade da educação na região do Alto Solimões, por meio da utilização de abordagens didático-pedagógicas baseadas na interação e que priorizem os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, visto a diversidade cultural com a qual nos deparamos nesta região. Para tanto, há a necessidade de se propor políticas linguísticas adequadas às etnias existentes na região, e principalmente “ver com outros olhos” o estudante indígena que adentra na Universidade.

O *planejamento linguístico* – definido por Calvet (2002) como a “implementação prática de uma política linguística, em suma, a passagem ao ato” (Calvet, 2002, p.145) – recobre um aspecto da *política linguística*: as ações políticas efetuadas pelo poder institucional do Estado. Para além deste aspecto institucional, a *política linguística* é definida como “um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social” (Calvet 2002:, p. 45). Para Calvet, as *políticas linguísticas* podem ser elaboradas por grupos que desempenham papéis distintos na organização social, mas apenas o Estado tem o poder e os mecanismos para pôr em prática determinadas escolhas. Dessa forma, as *políticas linguísticas* consistem em um conjunto de propostas de um grupo de pessoas que conscientemente visa estabelecer relações entre língua e sociedade, focalizando os lugares e

as formas de uso da(s) língua(s). Mediante a possibilidade de outros atores sociais criarem demandas relativas às questões linguísticas, o Estado reserva para si o *planejamento linguístico*, garantindo a exclusividade de legislar sobre as línguas com o objetivo de garantir o controle sobre as reivindicações e ações político-identitárias de seus cidadãos.

Para Calvet (2002, 2007), há duas formas de gerir as *políticas linguísticas*: *in vivo*, “que procede das práticas sociais”, e *in vitro*, que consiste na “intervenção sobre essas práticas” (Calvet, 2002, p.146).

Assim sendo, se torna necessário que a Universidade em sua autonomia proponha políticas linguísticas adequadas ao estudante indígena e que considere todo o contexto histórico, social, cultural e linguístico que o envolve.

CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIOCULTURAL DO POVO TICUNA

Situamo-nos no universo Ticuna e para uma melhor compreensão do contexto a ser abordado, será necessária uma viagem panorâmica para que possamos conhecer um pouco mais da história desse povo.

Os índios ticuna autodenominavam-se a nação *magûta* que significa “povo pescado com vara” por Yo’i, herói mitológico do povo ticuna.

Os Ticuna, em sua origem, sempre foram índios de terra firme, ocupando um extenso território no alto dos igarapés que deságuam no Rio Solimões, mas com o passar dos anos foram se deslocando cada vez mais, e a partir do final do século XVIII foram em direção ao grande Rio Solimões. Esse processo teve início com o desaparecimento gradativo de seus inimigos rivais, os Omágua (também chamados de Cambeba) tribo guerreira que dominava as margens do Rio Solimões. Os Ticuna, que fugiam com as agressões desse povo, refugiavam-se no alto dos igarapés e afluentes da margem esquerda do Rio Solimões, faziam o mesmo com a chegada dos espanhóis, em especial Francisco Orellana e suas expedições. (NIMUENDAJU, 1977)

Os primeiros contatos com os brancos datam do final do século XVII, quando jesuítas espanhóis, vindos do Peru e liderados pelo Padre Samuel Fritz, criaram diversos aldeamentos missionários às margens do rio Solimões. Essa foi a origem das futuras vilas e cidades da região, como São Paulo de Olivença, Amaturá, Fonte Boa e Tefé. Os registros da época falam em muitos outros povos (como os Miranha ou os Içá, Xumana, Passe, Júri, entre outros, dados

como extintos já na primeira metade do século XIX pelos naturalistas viajantes), que foram aldeados juntamente com os Omágua e os Ticuna, dando lugar a uma população ribeirinha mestiça” (OLIVEIRA, 2012).

Desde a instalação da missão jesuíta espanhola até a consolidação da posse desta região por Portugal, no século XVIII (com a construção de uma fortaleza em Tabatinga), os espanhóis e os portugueses vinham disputando a hegemonia no Alto Solimões. Os temidos Omágua, de tradição guerreira, quase foram exterminados neste processo, seja por contraírem doenças ou por sua participação na querela entre os dois Estados coloniais. Com o tempo, os europeus não quiseram ou não conseguiram povoar a região antes habitada pelos Omágua, e os Ticuna passam a ocupar esse espaço, descendo dos altos igarapés, onde conseguiram se esquivar do contato mais intenso. (ISA,2015)

Nas duas últimas décadas do século XIX, com a exploração da borracha, a Amazônia se tornou palco de uma intensa exploração do trabalho seringueiro. Através da instituição do sistema de barracão, o “patrão” tinha exclusividade no comércio com índios, já que seu armazém era o intermediário comercial obrigatório. A legitimidade dessa empresa era dada por títulos de propriedade conseguidos por poucas famílias, vindas em sua maioria do Nordeste, que incidiam sobre a terra dos Ticuna, os quais passavam a dever obediência aos recém-chegados. Os patrões instalaram-se na boca dos principais igarapés, controlando assim os moradores dali. (ISA, 2015)

Sua habitação tradicional, a maloca, em que viviam juntos membros de um mesmo clã, foi ainda encontrada por Curt Nimuendaju quando de sua primeira viagem ao Alto Solimões. Nesse momento, contudo, ela já estava em vias de desaparecimento, devido à atuação dos “patrões da borracha” no sentido de forçar fragmentação das malocas para atender aos objetivos da empresa seringalista. (ISA,2015)



Figura 3 – A maloca e os ticuna



Figura 4 – Artesanato ticuna

Em 1910, ainda segundo Nimuendajú, uma nova agência de contato se faz presente no Alto Solimões. Nessa época, capuchinhos vindos da província da Úmbria, na Itália, instalam a Prefeitura Apostólica do alto Solimões. A presença do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) nessa situação de domínio dos seringalistas era meramente formal, ou seja, restrita a relatórios de um delegado desta repartição a partir de 1917. É somente em 1942 que este órgão da administração federal vai criar um posto na região.

A atuação da Igreja Católica - por meio da província apostólica do alto Solimões, inaugurada pelos capuchinhos em 1910 - gerou uma infraestrutura de saúde e educação pouco desprezível, visto que Belém do Solimões é hoje uma das maiores aldeias ticuna. Durante a década de 1960, também missionários batistas americanos chegam ao alto Solimões com o objetivo de catequizar os índios. Em uma época em que os “patrões” ainda dispunham de autoridade, principalmente por serem considerados os donos da terra onde moravam os Ticuna, utilizaram como uma das estratégias de mobilização da população indígena da região a compra de terras, que disponibilizaram para os que quisessem viver junto, compartilhando os ensinamentos de sua religião. (ISA, 2015)

Em um contexto de progressiva perda de autoridade sobre os índios, já no princípio da década de 1970, os antigos “patrões” deram apoio à penetração das ideias de um homem chamado José Francisco da Cruz. Com alguma correspondência com a tradição ticuna, já que esta admitia a possibilidade de punição divina em momentos de intensa desagregação sociocultural, e com o apoio das principais lideranças políticas da região, as ideias de José da Cruz, que dizendo-se dotado de visão celestial divina, passou a colocar cruzes nos aldeamentos, prometendo que salvaria aqueles que ali se reunissem e cumprissem os

mandamentos da cruzada apostólica. Converteu, deste modo, índios e não-índios por todo o Alto Solimões, e assim as posições de liderança na hierarquia da Irmandade foram sendo rapidamente conquistadas pelos antigos “patrões”. Estes conseguiram contornar a crise de autoridade pela qual passavam, ao instituir uma nova legitimidade moral/religiosa para o controle que exerciam (OLIVEIRA, 1988).

O fato de estarem em região de fronteira determinou um grande círculo de trocas por um longo período, o que envolvia não somente trocas comerciais com grupos indígenas da Colômbia e do Peru, mas principalmente, de produtos de grande valor simbólico e de conhecimentos ligados ao xamanismo, prática muito valorizada na cultura indígena.

O território Ticuna, além de ser uma ampla região dividida pelas fronteiras políticas do Brasil, Colômbia e Peru, caracteriza-se por uma população multiétnica, pois os Ticuna mantêm contato com outros grupos indígenas, como os Yagua, Cocama, Huitoto, Cambeba, Kulina e com os “brancos” e “mestiços” que formam a população da tríplice fronteira, na Região do Alto Solimões. (OLIVEIRA, 2012)



Figura 5 – Ritual ticuna



Figura 6 – Estudante ticuna aplicando oficina

É nesse cenário de fronteiras políticas, diversidade étnica e conflitos sociais que os Ticuna reafirmam o sentido de sua identidade e ao mesmo tempo introduzem em sua cultura diferentes identidades que contribuem para o estabelecimento de diferenças intra-étnicas (dentro da própria cultura), que se expressam na sua vida cotidiana por representações ideológicas e lutas pelo poder.

SITUAÇÕES LINGUÍSTICAS: CONTATO, BILINGUISMO E BILINGUALIDADE

Os estudos sociolinguísticos tratam da relação entre língua e grupo social do falante, onde a língua é considerada um dos recursos disponíveis para produção cultural, esquemas perceptivos e interpretativos segundo os quais um grupo produz o discurso de sua relação com o mundo e com o conhecimento.

Os estudos sobre contato entre línguas, no plano sistemático, envolvem temas relacionados com “pidgin-pidginização”, “crioulo-crioulização”, substrato, superestrato e adstrato, empréstimo, transferência, interferência, diglossia, diglossia e bilinguismo, dialetos bilíngues em contato, variação e variabilidade, entre outros temas decorrentes. Esses assuntos são, na verdade, os principais produtos linguísticos gestados em situação de contato entre línguas. O produto linguístico gerado é, por sua vez, dependente, entre vários fatores, da

forma na qual as línguas entraram ou permaneceram em contato, bem como do tempo de gestação do processo linguístico. (OGLIARI, 2003)

Kulczynskyj (1987) propõe, com base em Zluktenko (1966), os seguintes tipos de contato entre línguas: contato direto ou indireto; casual ou temporário; permanente ou instável; externo ou interno. Os contatos internos podem incluir a relação entre uma língua dominante, isto é, majoritária, ou línguas dominantes e uma língua minoritária, ou línguas minoritárias. Essas situações podem ser encontradas nas fronteiras de países ou dentro de um país; em regiões próximas a países fronteiriços ou em comunidades bilíngues.

Em muitas comunidades não se fala apenas uma língua, mas várias. Nessas comunidades o plurilinguismo é a norma, não a exceção. O uso de duas ou mais línguas requer o emprego de uma série de normas concretas e a especialização funcional dessas línguas. É o caso da diglossia, termo denominado por Ferguson (1959), que se refere à situação em que duas ou mais línguas faladas no mesmo espaço geográfico desempenham diferentes funções sociais.

De acordo com Savedra (2009), o bilinguismo é um fenômeno relativo; uma condição particular, identificada pelo contexto e forma de aquisição das duas línguas, bem como pela manutenção e abandono das mesmas. Com esta condição particular, os indivíduos bilíngues apropriam-se de dois códigos distintos e os utilizam em determinadas comunidades de fala, em diferentes ambientes comunicativos (familiar, social, escolar e profissional).

Amparados nesse conceito, podemos definir como bilíngues os estudantes indígenas ticuna, visto que utilizam dois códigos linguísticos em diferentes contextos comunicativos.

Todos os povos indígenas do Brasil, além de sua própria língua, têm a necessidade de aprender o português e/ou outra língua para se comunicar com as comunidades urbanas, é importante destacar que a língua portuguesa é a segunda língua (L2) para o estudante indígena. E a escola não reconhece esse bilinguismo; pois trata o educando em nível de igualdade com os demais, dificultando a sua aprendizagem, e com isso ocasionando inúmeros problemas: preconceito, evasão, reprovação e desinteresse do aluno indígena.

O ensino do Português para os alunos indígenas ticuna do CESTB-UEA, busca trabalhar uma determinada visão de linguagem do português culto que gera um *pidgin*, aspecto resultante do bilinguismo. Nos cursos ofertados no CESTB, o ensino de Língua Portuguesa, também é um meio de apoiar as demais disciplinas, e assume aspecto importante

para a formação dos alunos indígenas, uma vez que todas as disciplinas são ministradas em língua portuguesa que não é a LM desses estudantes ticuna.

A escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas, sendo a língua, por excelência, uma instituição social. (BORTONI-RICARDO, 2005)

A Sociolinguística, ao explicar a covariação entre os fenômenos linguísticos e os fenômenos sociais, revela as diferenças de dialetos determinadas pela classe social do falante. Hoje, na Escola brasileira, por exemplo, essas diferenças geram antagonismos acentuados por estarem presentes classes sociais que historicamente dela estiveram ausentes.

E há também a imperiosa necessidade de que a língua materna dos alunos em educação indígena possa ser mantida e valorizada por ser veículo transmissor de todo o conhecimento cultural.

Então, é factível que a língua usada pelos estudantes indígenas em sala de aula é um fenômeno social, logo está sujeita a modificações, tanto na língua oral quanto na língua escrita. A língua falada apresenta maior variação, dado o seu caráter espontâneo, por serem indígenas, a Língua Portuguesa para eles é segunda língua (L2), logo a L2 revela constantes mudanças, fato percebido também na língua escrita.

A variação percebida nas produções dos textos orais e escritos desses alunos indígenas apresenta-se como resultante do contato entre dois grupos linguísticos distintos, que estão nos limites de duas comunidades linguísticas – comunidade indígena falantes de Língua Ticuna e comunidade falantes de Língua Portuguesa. Levando-os a utilizar, algumas vezes, sua língua materna e, em outras, a língua da comunidade vizinha, de acordo aos meios e as situações que se desenvolvem.

Para uma melhor compreensão dos fatos descritos apoiamo-nos na distinção entre bilinguismo e bilingualidade proposta por Savedra (2009), onde a autora define bilinguismo como a situação em que coexistem duas línguas como meio de comunicação num determinado espaço social, ou seja, um estado situacionalmente compartimentalizado de uso de duas línguas, e bilingualidade representa os diferentes estágios de bilinguismo, pelo quais os indivíduos, portadores da condição de bilíngue, passam na sua trajetória de vida. Os estágios são vistos como processos situacionalmente fluídos e definem, de forma dinâmica a bicompetência linguística, comunicativa e cultural nas diferentes épocas e situações de vida. Dessa forma, a autora defende que para estudar a produção discursiva de um indivíduo bilíngue devemos identificar seu estágio de bilingualidade no momento da enunciação.

Ainda, segundo Savedra (2009) a coexistência de duas línguas em diferentes espaços sociais deve ser analisada segundo a condição particular dos indivíduos que se tornam bilíngues, caracterizada pelo contexto e idade de aquisição; pela variação de uso das línguas - função tópica - e, ainda, pela manutenção ou abandono das línguas em decorrência de fatores sociais e comportamentais, tais como família, grupo social, escolaridade e ocupações profissionais.

Sendo assim, como a autora propõe que as situações de bilinguismo são relativas, de acordo com os indivíduos que a compõem, podemos rotular as dimensões de bilinguagem existentes nessa situação linguística, que podem ser identificadas pelo *contexto de aquisição das línguas* e pelo seu *uso funcional variado* em diferentes momentos de uma dada situação de bilinguismo.

De acordo aos alunos entrevistados, foi possível identificar as duas dimensões de bilinguagem propostas por Savedra (2009), a seguir descritas:

Quanto à primeira dimensão de bilinguagem: contexto de aquisição das línguas.

Aluno 1: o primeiro contato com a língua portuguesa se deu no ambiente familiar dentro da comunidade, através do pai que se comunicava em língua portuguesa (L2) e a mãe em língua ticuna (L1), acordo este feito pelos pais para que filho pudesse ter acesso às duas línguas. O segundo contato, foi na escola, fora da comunidade indígena, a partir dos oito anos de idade, onde este já apresentava um bom domínio dos dois códigos linguísticos.

Aluno 2: o primeiro contato só aconteceu na escola, dentro da comunidade indígena, a partir dos sete anos de idade. O domínio do segundo código (L2) era zero.

No contexto acima descrito, podemos verificar a condição de bilíngue do Aluno 1, que pode ser identificada conforme propõe Savedra (2009), quando uma língua é adquirida ao mesmo tempo que a outra, sendo ambas consideradas L1 (**L1a + L1b**).

Já o Aluno 2, só adquiriu a condição de bilíngue, ao adquirir posteriormente a L2, antes da primeira ter sido maturacionada, neste caso Savedra (2009) propõe a descrição **L1 + L2**.

Não foi possível apresentar a terceira condição de bilíngue proposta pela autora, quando uma língua é adquirida posteriormente à outra, depois da primeira ter sido maturacionada (**LM + LE** (língua materna + língua estrangeira), ou **LM + LA** (língua materna + língua alvo), visto os alunos que foram entrevistados apresentarem somente as condições descritas anteriormente.

Desse modo, o quadro abaixo proposto por Savedra (2009) ilustra muito bem a proposta defendida pela autora e ampara a condição de bilíngue dos alunos entrevistados.

ÉPOCA DE AQUISIÇÃO	TIPO DE BILINGÜISMO
INFÂNCIA	L1ab ou L1 + L2
ADOLESCÊNCIA	L1 + L2 ou LM+ LE
ADULTO	LM + LE

Quanto à segunda condição de bilinguagem: domínio de uso de ambas as línguas em diferentes ambientes comunicativos:

Nesse caso, tanto o aluno 1 quanto o aluno 2, utilizam a L1 no ambiente familiar, mesmo o aluno 1, morando fora da comunidade indígena, o qual ressalta que apesar da L1 ser predominante nesse ambiente, ele procura usar também a L2 para falar com o filho de 4 anos, da mesma forma como seu pai o fazia. Já o aluno 2, devido morar na comunidade, ressalta que nesse contexto só usa a L1, segundo ele, para preservação e manutenção da língua materna.

No ambiente social dentro da comunidade, tanto o aluno 1 quanto o aluno 2, utilizam a L1. Já num ambiente social fora da comunidade eles usam a L2, para poderem se comunicar com a comunidade urbana e por esta ser o veículo de comunicação dominante.

No contexto escolar, neste caso, na Universidade, os dois alunos utilizam a L2 (língua portuguesa), visto esta ser a língua dominante e de instrução formal. Cabe destacar que, na entrevista realizada, os dois alunos ressaltaram que, apesar da língua portuguesa ser a língua dominante nesse ambiente, também utilizam a L1, que funciona como se fosse um processador de informação. Vale destacar também, que a L1, aqui é utilizada entre eles, quando há na mesma sala mais de um aluno indígena. O estudante que apresenta um nível mais elevado de bilinguagem ajuda o outro na compreensão dos textos estudados e também, nas exposições orais dos docentes. Segundo eles, há muitos termos técnicos e expressões na língua portuguesa que não existem na língua ticuna, o que acaba dificultando a compreensão. Isso, de fato é possível observar, pois como docente do Curso de Letras do CESTB desde o ano de 2004, tenho buscado entender quem são estes interlocutores, quais suas práticas verbais e quais gêneros textuais produzem no meio acadêmico e tentado analisar que

metodologias de ensino de língua portuguesa poderiam ser traçadas visto as situações linguísticas detectadas.

Já no ambiente profissional, por ser radialista e trabalhar na Rádio Nacional do Alto Solimões, localizada na zona urbana do município, o aluno 1, utiliza os dois códigos linguísticos (L2 + L1) em suas matérias jornalísticas, para que sejam divulgadas nas duas línguas, pois assim a informação chegará às duas comunidades. Mas, ressalta que entre os colegas de trabalho, que não são indígenas, só é possível se comunicar na língua portuguesa, neste caso a L2 para ele é a língua dominante em seu ambiente profissional.

O aluno 2, trabalha e reside na comunidade indígena de Umariáçu, neste caso, em seu ambiente profissional a L1(língua ticuna) é dominante, visto ser a língua materna da comunidade. A L2, neste caso, só é utilizada quando em contato com o não-indígena.

Diante da condição de bilinguagem exposta nessa segunda dimensão, e de acordo com Svedra (2009), podemos concluir que ambas as línguas se mantêm com uso paralelo e constante, sugerindo uma situação linguística, em que ambas as línguas são [+dominantes]; uma das línguas é abandonada, ou tem uso reduzido, em decorrência de situações funcionais, sugerindo situações de domínio linguístico, em que uma língua é [+dominante] e a outra [-dominante].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os fatos apresentados nesta pesquisa em andamento, podemos verificar e acordar com Svedra (2009) que o bilinguismo é um fenômeno relativo, que define uma condição particular de uso de duas línguas em diferentes situações comunicativas em determinadas comunidades de fala. Não existem "bilíngues equilibrados", ou seja, falantes com idêntica competência comunicativa em ambas as línguas do seu repertório.

Então a situação linguística dos estudantes indígenas ticuna se configura como bilíngue, resultado do contato entre a língua ticuna e a língua portuguesa. Mas, essa condição de bilíngue não se apresenta estável, pois ela se modifica na trajetória de vida do sujeito bilíngue, indicando diferentes estágios de bilinguagem, como foi possível apresentar nessa proposta de trabalho. Esperamos que este trabalho, ainda que inicialmente introdutório, possa

contribuir para o debate e servir de estímulo a pesquisas mais profundas envolvendo esses aspectos linguísticos que aqui foram destacados.

REFERÊNCIAS

BORTONI-RICARDO, Stella Maris (2005). *Nós Chegemos na escola, e agora? – Sociolinguística e Educação*, São Paulo: Parábola Editorial.

CALVET, Louis-Jean. Sociolinguística: uma introdução crítica. (Trad. de Marcos Marcionilo). São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

_____. As políticas linguísticas. (Trad. de Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno) São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

ISA. População Ticuna. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/ticuna/1344> - acessado em 10/08/2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE, 2010.

KULCZYNSKYJ, W. The influence of the Portuguese language on the Ukrainian language in Brazil: lexical and morphological aspects. Munich: Ukrainian Free University, 1987. Tese de doutorado.

NIMUENDAJU, Curt. Os índios Ticuna. Revista Antropologia, n. 7. Boletim do Museu do Índio. Rio de Janeiro, 1977.

OGLIARI, M. M. Contato, Diglossia e Bilingüismo: Situações Lingüísticas Gestadas Em Prudentópolis-PR. Anais do 5º Encontro do Celsul, Curitiba-PR, 2003.

OLIVEIRA FILHO, J. P. 1988. O Nosso Governo. Os Tikúna e o Regime Tutelar. São Paulo/Brasília: Marco Zero/MCT/CNPq.

OLIVEIRA, S. R. O Processo Educacional da Cultura Indígena Ticuna na Região do Alto Solimões. Universidade Metodista de São Paulo-FAHUD. São Paulo, 2012. Dissertação de Mestrado.

SAVEDRA, M.M.G. *Bilingüismo e bilingüidade: uma nova proposta conceitual*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

SECRETARIA DE SAÚDE INDÍGENA. Regional Alto Solimões. Sistema de Atenção à Saúde ao Indígena-SIASI, 2015.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS. Disponível em: (<http://sit.mda.gov.br>).

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS. Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI, 2012-2016.

CRÉDITOS DAS IMAGENS

Figura 1: OLIVEIRA, Samuel Rocha

Figura 2 e 6: CARVALHO, Ana Letícia

Figuras 3, 4 e 5: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/ticuna/1344>